

Natalidade continua a descer

1 O número de nascimentos, em Portugal, continua a descer. De acordo com a Associação Nacional de Famílias Numerosas (ANFN), o país precisaria de mais de 55 mil nascimentos por ano para se poder garantir a indispensável renovação geracional. Não havendo esse nível de nascimentos, a população vai-se tornando progressiva e predominantemente envelhecida, com todas as consequências sociais e económicas que isso comporta e significa. Segundo a referida associação, tem havido um défice progressivo de 50 mil crianças para equilibrar o número dos que nascem e dos que vão morrendo. A diferença em défice de nascimentos já vai 870.862 para esse equilíbrio geracional. Não admira, portanto, que não haja crianças nas escolas e que os professores fiquem no desemprego. Espero que os candidatos a cursos de ensino tenham em conta esta realidade e procurem outras vias, já que as escolas que vendem os cursos não se preocupam com o eventual e futuro desemprego dos seus alunos.

2. A par da baixa média de natalidade, tem também diminuído o número de casamentos (menos 8,5%), enquanto, no sentido inverso, continua a aumentar o número de divórcios (mais 2,3%).

Dois fenómenos que merecem outro tipo de reflexão.

Este quadro de baixa progressiva de casamentos (menos 8,5%), de baixa progressiva de natalidade (défice de 50.000 nascimentos a menos por ano) e aumento de divórcios (2,3%), conjugado com a obsessão do Governo em liberalizar a prática do aborto (agora pretende-se introduzir o eufemismo "interrupção voluntária da gravidez" em vez de aborto para tentar libertar o acto da carga negativa que tem) dão-nos um quadro social e político que dá que pensar.

3. E este dar que pensar refere-se a duas coisas: às dificuldades sócio-económicas e à cultura de egoísmo que procura apenas o prazer imediato na vida. Quanto às dificuldades sócio-económicas alegadas pelos casais novos para não poderem ter mais do que um filho, apesar de muitos o desejarem, ou para não terem mesmo nenhum filho, uma das mais correntes é o fraco nível de rendimentos do casal. Este factor não afecta apenas as populações dos grandes centros urbanos (onde já viverão cerca de 2/3 da população do país), mas também os que vivem mais no interior.

Outra queixa comum é a falta de equipamentos de apoio educacional (há falta de creches e de

M. RIBEIRO FERNANDES

jardins de infância públicos onde os pais possam deixar os filhos enquanto vão trabalhar e com horários compatíveis com os seus horários de trabalho). O recurso a creches e jardins de infância privados é muito caro e pouco acessível à maioria das famílias. E também escasso.

Depois, há o elevado custo de vida: está muito caro, criar e educar um filho custa muito caro.

Outra alegada queixa (e esta mais típica dos centros urbanos e periféricos) é o pequeno espaço dos apartamentos: a maioria é T2 (onde há apenas 2 quartos, um para o casal e outro para os filhos). Se for T1 só tem um quarto, para o casal. Raramente são T3,

onde sobrem 2 quartos para os filhos.

E, finalmente, há o trabalho precário e há a dificuldade de desemprego. A indústria vai rareando e Portugal está-se a transformar num país de turismo, onde os mais ricos de outros países vêm passar férias, enquanto os portugueses se tornam seus anfitriões.

Mas há também razões culturais, que talvez pesem mais do que muitos imaginam. Ter uma família maior não está em moda. Conheço pais de famílias numerosas que hoje quase se culpam de terem tido e criado mais filhos, como se isso fosse uma insensatez ou uma vergonha social. Há muitos casais novos que vivem economicamente bem e que não querem filhos ou não querem mais do que um filho. As razões não são de ordem económica, não são de falta de espaço na casa, não são de falta de equipamentos sociais onde deixar os filhos enquanto trabalham. São apenas razões de opção de vida, porque os filhos estorvam a sua liberdade de gozar a vida.

4. Que fazer? Referem alguns que o Governo devia fazer como na Dinamarca, onde o problema foi melhorado com apoios à natalidade, apoios económicos e apoios sociais (mais possibilidades de as mães trabalhadoras poderem apoiar os seus filhos e

equipamentos sociais com horários adequados, que às 15h00 ou pouco mais não fechem as portas e os pais fiquem sem saberem onde pôr os filhos ou então terem de pagar horas suplementares).

É preciso rever a política de habitação; os apartamentos terem dimensões mais compatíveis com a dimensão de uma família média. Política de transportes e não apenas preocupação política de ganhar dinheiro com parques de estacionamento pagos para encher os cofres das autarquias e das empresas autárquicas). É uma cultura de valores familiares, que se contraponha, pela positiva, ao vazio da cultura de egoísmo. O aborto vive e nasce desta cultura do egoísmo.

5. Enquanto esta política efectiva e global de apoio à natalidade não vier de cima, com um Governo a tomar medidas reais e efectivas e esta mensagem de uma nova cultura não ganhar eco e aceitação na sociedade e nas camadas mais jovens, receio bem que a natalidade continue a descer, que haja cada vez menos casamentos e que, dos poucos que há, os divórcios continuem a aumentar, para que cada um se sinta "livre de compromissos" e possa "gozar a vida à sua vontade".

Até quando poderá ir esta degradação de valores?